

ANEXO I

PROJETO BÁSICO PARA SERVIÇO DE ENGENHARIA

1. **OBJETO:** Contratação de empresa prestadora de serviços de adequação dos guarda-corpos instalados nas escadas principal e de emergência e instalação de corrimão intermediário na escada do auditório do Edifício Sede do MPPA no município de Santarém, incluindo fornecimento de materiais.

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	PREÇO UNIT.	PREÇO GLOBAL
01	Fornecimento e assentamento de tubo de aço inox de 2", com soldas, curvas, cantos e outras adaptações, conforme projeto anexo.	m	67,30		
02	Fornecimento e assentamento de tubo de aço inox de 1/2", com soldas, curvas, cantos e outras adaptações, conforme projeto anexo.	m	43,80		
03	Confecção e instalação de corrimão intermediário (central), com montantes para a escada de acesso ao auditório completo (conforme projeto) em aço inox de 1 1/2", com soldas, curvas, cantos e outras adaptações.	und	1,00		
04	Esmalte sobre ferro, retoque (escada principal)	m²	2,20		
05	Limpeza geral com remoção de entulho	und	1,00		

Obs.1: Todos os serviços solicitados deverão seguir o prescrito no projeto anexo, bem como na Instrução Técnica nº 02/2012 do CBMPA, quanto às características de material utilizado, altura mínima, aberturas máximas, ausência de reentrâncias, etc.

Obs.2: As medidas deverão ser conferidas pelo fornecedor no local de execução dos serviços.

2. DO LOCAL PARA VISITAS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1. O serviço deverá ser executado no edifício do MPPA localizado à Av. Mendonça Furtado, nº 3991, Bairro Liberdade, Santarém - PA.
- 2.2. Por se tratarem de serviços de readequação e reforço dos guarda-corpos já existentes, sugere-se a visita técnica ao local para verificação prévia desses guarda-corpos quanto ao estado dos elementos instalados, características do material utilizado, bem como das medidas exatas das barras e curvas a serem instaladas, com a finalidade de dirimir dúvidas acerca das condições locais para o cumprimento do objeto contratado, bem como subsidiar suas propostas de modo que estas possam refletir com exatidão a sua plena execução.
- 2.3. Caso a empresa licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá apresentar ao Órgão um Atestado de Pleno Conhecimento do Objeto, informando que conhece os elementos descritos no Projeto Básico (material, medidas e quantitativos) bem como as condições de prestação dos serviços.
- 2.4. A visita deverá ser realizada por representante legal do licitante, com conhecimento técnico na área. Esta visita, necessariamente, será acompanhada por um servidor do MPPA.
- 2.5. A visita técnica deverá ser agendada junto à sede do MPPA em Santarém, via endereço citado ou pelo telefone (93) 99186-9891 (tratar com CB BM VALENTE), e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, de 8:00h às 14:00h, a partir da data de publicação do Edital até um dia antes da data prevista para o certame.
- 2.6. Todos os custos associados à visita serão de inteira responsabilidade da licitante.

3. JUSTIFICATIVAS

- 3.1. Reforçar estruturalmente e adequar às normas técnicas vigentes os guarda-corpos instalados nas escadas principal e de emergência da sede do MPPA em Santarém. Na escada do auditório, no mesmo prédio, faz-se necessária a instalação de corrimão intermediário.
- 3.2. Trata-se da necessidade de deixar os itens mencionados mais seguros, garantindo a integridade física de membros, servidores, colaboradores e visitantes, sobretudo em caso de evacuação de emergência, atendendo às determinações contidas no Decreto Estadual nº 357 de 21 de agosto de 2017, publicado no DOE de 22/08/2007, bem como às exigências do Corpo de Bombeiros Militar do Pará contidas na Notificação de Exigências, Protocolo nº 78248.
- 3.3. As escadas principal e de emergência tem por principal finalidade servir de rota de fuga para toda a população do imóvel em Santarém, permitindo que os usuários possam deixar o prédio de maneira segura, bem como permitir o fácil acesso de auxílio externo (bombeiros, policiais, socorristas, etc.) em caso de eventual emergência.
- 3.4. A instalação do corrimão intermediário (central) na escada de acesso ao auditório confere maior segurança aos usuários do local, reduzindo o risco de queda.
- 3.5. Com o cumprimento do objeto descrito, pretende-se a melhoria significativa na qualidade do Sistema de Saídas de Emergência e consequentemente a proteção das pessoas que trabalham e visitam o edifício sede do MPPA em Santarém.

4. VALOR TOTAL ORÇADO: R\$ 15.495,14 (quinze mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e quatorze centavos).

- 4.1. O valor total orçado contém o limite máximo de 30% para Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, respectivamente, não sendo considerada e nem admitida nesta, em nenhuma hipótese, a inserção, mesmo que indireta, de percentuais referentes ao IRPJ e à CSLL, além de outros custos que já estejam individualizados.

5. DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1. As obras serão realizadas por execução em regime de empreitada global.

6. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO E GARANTIA

- 6.1. O prazo global para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da emissão da Ordem de Serviço.
- 6.2. O prazo para emissão da Ordem de Serviço a ser expedida pelo gestor ocorre em até 30 (trinta) dias contados do início da vigência do contrato.
- 6.3. Os serviços contratados deverão ser realizados em dia e horário fora de expediente do Órgão, sexta-feira após as 14h e sábados e domingos, de 8h às 17h (exceto feriados e dias facultados), no local anteriormente mencionado, correndo por conta da Contratada todas as despesas de deslocamentos, hospedagem, alimentação, embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução dos serviços.
- 6.4. Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações contidas no Projeto Básico e sob a supervisão da fiscalização do contrato, sendo que qualquer solicitação de modificação dessas especificações, assim como qualquer esclarecimento adicional, deverá ser formulada por escrito, devidamente fundamentada, para análise por parte da Contratante.
- 6.5. Quando por problemas técnicos o prazo definido não puder ser cumprido, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Órgão, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência ao término do prazo estabelecido para entrega/execução do objeto, ao qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas.
 - 6.5.1. A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para a finalização da execução do objeto, deverá ser protocolada no Protocolo Central do Ministério Público do Estado do Pará, localizado no Ed. Sede, Rua João Diogo nº. 100 –

Cidade Velha, no horário de 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, ficando a critério da Fiscalização do Contrato a sua aceitação.

6.6. As obras de engenharia serão recebidas:

6.6.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita de seu término pela Contratada, quando serão apontados todos os vícios construtivos aparentes remanescentes de sua execução.

6.6.2. Definitivamente, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

6.6.3. O Termo de Recebimento Provisório será lavrado e assinado pelo arquiteto do quadro permanente responsável pela elaboração do projeto (habilitado tecnicamente), por representante do Gabinete Militar, pelo funcionário do quadro permanente designado para realizar a fiscalização dos serviços e pelo representante da Contratada.

6.6.4. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado e assinado pelo arquiteto do quadro permanente responsável pela elaboração do projeto (habilitado tecnicamente), por representante do Gabinete Militar, pelo funcionário do quadro permanente designado para realizar a fiscalização dos serviços e pelo representante da Contratada.

6.7. Verificada a incompatibilidade dos materiais ou serviços entregues com o exigido na licitação ou que apresentem desconformidades com as exigências requisitadas no Projeto Básico, será o contratado obrigado a substituí-lo ou refazê-lo, conforme o caso, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da comunicação, no total ou em parte, sem qualquer ônus para a Administração, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis, sendo-lhe, ainda, concedido igual prazo para a retirada do material ou parte do que foi rejeitado.

6.7.1. A não substituição do material ou nova prestação do serviço no prazo estipulado pela Fiscalização ou a não retirada do material no prazo previsto no item anterior, sujeitará a Contratada em mora, cujo atraso computar-se-á desde o primeiro dia do vencimento do prazo.

6.8. Todo o material de consumo (fita isolante, solda, lubrificantes, protetores de piso, etc.), equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e outros equipamentos necessários à execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada, sem ônus à Contratante, cabendo a esta recusar aqueles cuja qualidade não satisfaça as necessidades ao padrão deste Órgão.

O prazo de garantia será de 12 (doze) meses para a qualidade do material, soldas, resistência mecânica e outros parâmetros exigidos, contados a partir da data da entrega. A garantia no prazo mínimo aqui estipulado consiste na prestação pela Contratada, de todas as obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor (e suas alterações), bem como dos encargos previstos à Contratada no Edital.

6.9. A garantia será oferecida pela contratada, dentro dos critérios e prazos estipulados. A visita de inspeção será realizada em até 72 horas após o chamado, sendo que, comprovado o problema nas instalações, a correção deverá ser efetivada em um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para reparos ou, quando necessário, até 10 (dez) dias úteis para substituição dos elementos instalados.

6.10. Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após finalização dos serviços, vistoria e aceitação pela fiscalização.

7.1.1. O Departamento Financeiro do Ministério Público efetuará o pagamento, em até 30 (trinta) dias, após a comunicação do valor aprovado pelo Departamento de Obras e Manutenção do Órgão, com aprova da autoridade superior, cujos pagamentos só se efetivarão após apresentação das Notas Fiscais.

7.1.2. O pagamento será efetuado no prazo definido no item 7.1.1, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN.

7.1.3. O pagamento dos fornecedores de bens e prestadores de serviços dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Estado do Pará somente será efetuado mediante

- crédito em conta corrente aberta no Banco do Estado do Pará S/A – BANPARÁ, conforme Decreto Estadual nº 877, de 31/03/2008.
- 7.1.4. Caso o prestador não possua conta no BANPARÁ, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, sendo o valor desta taxa automaticamente descontado no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.
- 7.2. Após aprovação e autorização por parte da fiscalização, as notas fiscais/faturas deverão ser protocoladas, acompanhadas com os seguintes documentos:
- 7.2.1. Ofício solicitando pagamento;
- 7.2.2. Nota fiscal (fatura);
- 7.2.3. Certidões de regularidade conforme dispõe o item 7.9.
- 7.3. Deverão ser enviadas mais 02 (duas) cópias dos documentos citados no item anterior diretamente à fiscalização.
- 7.4. A data de apresentação da nota fiscal/fatura será devidamente registrada nos autos do processo pelo responsável pelo recebimento dos serviços.
- 7.5. Qualquer pagamento só será efetivado mediante reconhecimento “in loco” por Servidor ou Comissão Fiscalizadora, designados pela Administração, de legitimidade dos créditos requeridos, vedados pagamentos antecipados, sendo que, cada pagamento está condicionado à aceitação da conclusão dos serviços, nos termos do item 6 deste Projeto Básico.
- 7.6. Na Nota Fiscal/Fatura, deverão vir discriminados os valores da mão de obra e de material, para efeito de retenção do valor do INSS, na forma da Ordem de Serviço nº. 203 de 29.01.99 – DOU -02-02-99.
- 7.7. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à Contratada para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura corrigida.
- 7.8. A Contratada deve comprovar que mantém as condições de habilitação durante toda a vigência contratual.
- 7.9. O pagamento fica condicionado à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, a Previdência Social, Regularidade Estadual e junto ao FGTS, cujos documentos comprobatórios deverão ser entregues pela empresa no momento da entrega da nota fiscal/fatura.
- 7.10. Além das regularidades já exigidas, deverá ser apresentada a REGULARIDADE FISCAL MUNICIPAL com o município onde o serviço está sendo prestado com base no Art. 3º, Inciso III da Lei Complementar 116/2003 e do município da emissão da nota fiscal.
- 7.11. Não efetuado o pagamento pelo Contratante no prazo estabelecido no item 7.1, e desde que não haja culpa do Contratado, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, “c” da Lei 8.666/93 e suas alterações.

EM = I x N x VP

Onde: EM=Encargos Monetários

N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I=Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX/100) 365$

TX=Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, do IBGE.

8. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATANTE terá os seguintes direitos:
- 8.1.1. Receber os materiais e serviços de acordo com o que consta neste instrumento e nos seus anexos.
- 8.1.2. Rejeitar os serviços em desacordo com as especificações exigidas no edital.
- 8.1.3. Fica facultado ao Contratante proceder diligências para sanar quaisquer dúvidas quanto à veracidade das informações prestadas.
- 8.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATANTE responsável pelos seguintes itens:
- 8.2.1. Prestar ao CONTRATADO todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços objeto do presente instrumento.

- 8.2.2. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes à execução do objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da prestação do serviço.
- 8.2.3. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos determinados, após vistoria pela fiscalização do CONTRATANTE, devidamente aprovada pela Autoridade competente.
- 8.2.4. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços, que deverá proceder à rigorosa fiscalização da execução do objeto contratado, devendo anotar em livro de ocorrências as irregularidades porventura havidas, dando conhecimento formal por relatório, à autoridade superior, sob pena de responsabilidade do agente fiscalizador.
- 8.2.5. O CONTRATANTE deverá notificar formalmente o CONTRATADO pela ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução dos serviços, até para que possa a empresa proceder a reparos.
- 8.2.6. Relacionar-se com o CONTRATADO exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada.
- 8.2.7. Efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.

9. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. Sem que a isto limite seus benefícios, o CONTRATADO terá os seguintes direitos:
 - 9.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas neste Projeto Básico.
 - 9.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações.
 - 9.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do serviço, até para que possa a empresa proceder reparos.
 - 9.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 9.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o CONTRATADO responsável pelos seguintes itens:
 - 9.2.1.1. Providenciar, para o momento de início da execução dos serviços, junto ao CREA a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou junto ao CAU o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT referente ao objeto do contrato e dos profissionais das especialidades pertinentes, nos termos das Leis n.º 6.496/77 e n.º 12.378/10;
 - 9.2.2. Executar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações determinadas no Edital, bem como aos anexos que se vinculam a este Instrumento obedecidos os critérios e padrões de qualidade predeterminados.
 - 9.2.3. Avisar antecipadamente ao Fiscal do Contrato qualquer atividade que implique em interrupção ou comprometimento do funcionamento do sistema de saída de emergência. As manutenções desse tipo, que necessitem de retirada de elementos das dependências da CONTRATANTE deverão ser previamente autorizadas pelo Fiscal, sendo, preferencialmente, realizadas em horário previsto e permitido pela Administração do Ministério Público do Estado do Pará, sem ônus adicionais a CONTRATANTE.
 - 9.2.4. Não transferir, por qualquer forma, os direitos e obrigações que o Contrato lhe atribui, salvo com a expressa anuência da CONTRATANTE, manifestada por escrito e por quem detenha poderes para tanto.
 - 9.2.5. Durante a execução dos serviços, o CONTRATADO deverá observar todas as normas ambientais e do Código de Postura do Município de Santarém.
 - 9.2.6. Cumprir as normas Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos, Normas da ABNT e do INMETRO, inclusive as normas de concessionárias de serviços públicos, do corpo de bombeiros e as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA e CAU.
 - 9.2.7. Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com o CONTRATADO.
 - 9.2.8. Manter, na direção dos serviços, profissional legalmente habilitado pelo CREA ou CAU, que será seu preposto, vinculando-se às condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

- 9.2.9. Dispor e empregar na realização dos serviços técnicos especializados, treinados e habilitados, os quais deverão se apresentar devidamente uniformizados e adequadamente identificados.
- 9.2.10. Observar as determinações da CONTRATANTE quanto à permanência e circulação de seus empregados no prédio.
- 9.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o contrato, no prazo determinado.
- 9.2.12. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.2.13. Cumprir rigorosamente as determinações contidas nas normas de segurança e saúde do trabalhador, especialmente a Lei nº. 6.514, Portaria nº. 3.214, correndo por sua conta exclusiva, a responsabilidade sobre quaisquer acidentes de trabalho ocorridos durante a execução dos serviços.
- 9.2.14. Cumprir todas as leis e instrumentos normativos reguladores da sua atividade empresarial, bem como satisfazer as suas próprias expensas, todas e quaisquer exigências legais decorrentes da execução do Contrato.
- 9.2.15. Mobilizar e instalar no local dos serviços, no prazo que for acordado com a Fiscalização, as instalações provisórias, o pessoal, material e equipamentos necessários ao início dos serviços e atendimento ao cronograma.
- 9.2.16. Substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação, o pessoal cuja presença no local dos serviços for julgada inconveniente pela fiscalização do CONTRATANTE.
- 9.2.17. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração, independente de cominações legais.
- 9.2.18. Fornecer, mediante solicitação escrita, todos os esclarecimentos ou informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos serviços.
- 9.2.19. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, inclusive de terceiros.
- 9.2.20. O CONTRATADO é responsável pela guarda e manutenção da obra, equipamentos e materiais até a entrega definitiva dos serviços.
- 9.2.21. Os materiais a serem fornecidos serão os previstos nas especificações, anexas a este instrumento.
- 9.2.22. Todos os materiais empregados nos serviços serão novos e comprovadamente de primeira qualidade. O CONTRATADO só poderá usar qualquer material depois de submetê-lo à aprovação da FISCALIZAÇÃO a ser designada, a qual caberá impugnar o seu emprego quando em desacordo com as normas aqui estabelecidas.
- 9.2.23. Tomar providências junto às concessionárias de energia elétrica, saneamento e telecomunicações para ligações definitivas, no que couber.
- 9.2.24. Apresentar a relação dos fornecedores e empresas que fornecerem, durante o contrato, material, equipamentos e bens necessários à execução do serviço.
- 9.2.25. A CONTRATADA deverá refazer, às suas expensas e dentro do prazo compatível, os serviços executados em desacordo com estabelecido no contrato e os que apresentarem defeitos de material ou vício, incorreções ou falhas de execução, de acordo com a legislação aplicada, assim como remover, reconstruir ou substituir os serviços comprometidos pelo trabalho defeituoso, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, para qualquer serviço executado ou material utilizado que não atinja o nível de qualidade previsto ou não atenda às Especificações e as Normas Técnicas da ABNT e dos fabricantes dos materiais, que divirja do indicado nas Especificações Técnicas, nos Projetos ou nos Detalhes.
- 9.2.26. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza social, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa, comercial, criminal e civil decorrente da execução do objeto desta licitação. Inclusive, em caso de inadimplência de encargos e obrigações do CONTRATADO, tais responsabilidades não se transferem

para o CONTRATANTE, consoante previsão do art. 71 e seu parágrafo 1º, Lei nº 8.666/93.

- 9.2.27. O CONTRATADO deverá manter o Ministério Público do Estado do Pará a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou propostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato a ser celebrado.
- 9.2.28. Informar o Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes do Contrato, tais como: mudança de endereço, telefone, email, dentre outros.
- 9.2.29. Comunicar ao CONTRATANTE quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato, tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira da Empresa, com repercussões no Contrato a ser celebrado.
- 9.2.30. Responder civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, independente de dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha diretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração e/ou a terceiros, salvo na ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente. Sendo que a responsabilidade do contratado não está excluída nem fica reduzida pela fiscalização ou acompanhamento pelo contratante.
- 9.2.31. Ao final dos serviços, os responsáveis técnicos do CONTRATADO deverão devolver ao Ministério Público do Estado do Pará, todos os projetos.
- 9.2.32. Manter durante todo o prazo de vigência da relação obrigacional com a Contratante a regularidade com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena de rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 §4º da Constituição do Estado do Pará.
- 9.2.33. A obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.2.34. Observar que é VEDADA ao Ministério Público a contratação das pessoas jurídicas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Resolução nº 172/2017-CNMP que altera o artigo 3º, caput, da Resolução CNMP nº 37/2009).
- 9.2.34.1. A vedação do item 9.2.34 não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.
- 9.2.34.2. A vedação do item 9.2.34 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 9.2.34.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 10.1. Prova de registro da empresa junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), bem como de seus responsáveis técnicos junto ao CREA, caso seja(m) engenheiro(s), ou junto ao CAU, caso seja(m) arquiteto(s).
- 10.2. Declaração, emitida pelo licitante, de pleno conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, bem como do recebimento da documentação e informações pertinentes à execução dos serviços, nos termos do art. 30, III da Lei 8.666/93.

- 10.3. Juntar e assinar documento contendo:
- 10.3.1. Relação nominal da equipe técnica, bem como, sua qualificação;
 - 10.3.2. Identificar o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços, sendo que tal(is) profissional(is) deve(m) compor o quadro permanente da empresa;
 - 10.3.3. Comprovação do vínculo funcional ou de emprego com o(s) profissional(is) previsto no item anterior e item 10.1, por Carteira de Trabalho, contrato de prestação de serviço, inclusão do(s) nome(s) do(s) profissional(is) como responsável(is) técnico(s) na Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA ou CAU ou sendo sócio da empresa comprovado pela última alteração contratual sendo vedada à empresa Contratada, a substituição da equipe técnica executora do serviço, salvo anuência do Contratante.

11. EQUIPE TÉCNICA DE APOIO À LICITAÇÃO

- 11.1. Titular: Verena Barros Freire Costa, Técnico especializado - Arquiteta.
- 11.2. Suplente: Ana Priscila Corrêa da Silva, Chefe da Divisão de Arquitetura

Belém, 14 de março de 2019.

RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Ana Priscila Corrêa da Silva

Chefe da Divisão de Arquitetura

Divisão de Arquitetura - Departamento de Obras e Manutenção

RESPONSÁVEL PELA UNIDADE REQUISITANTE

Ana Paula Tavares Pereira Amador

Assessora Militar

Setor de Monitoramento – Gabinete Militar